



O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NO IFPI: A PERSPECTIVA DOS GESTORES PARA OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

EAD INSTITUTIONALIZATION PROCESS IN IFPI: THE PERSPECTIVE FROM THE MANAGERS FOR MIDDLE CLASS TECHNICAL COURSES

- **Janete Márcia Morais Oliveira Moura** (Universidade Federal Rural de Pernambuco – jmarcia@ifpi.edu.br)
- **Lílian Cristina Gomes de Souza e Silva**(Universidade Federal Rural de Pernambuco – lilianthina@gmail.com)
- **Rodolfo Araújo de Moraes Filho**(Universidade Federal Rural de Pernambuco – rodolfoamfilho@gmail.com)
- **José de Lima Albuquerque** (Universidade Federal Rural de Pernambuco – limalb44@yahoo.com.br)

Resumo:

É indiscutível a expansão da Educação a Distância – EAD no Brasil na última década. Porém, a institucionalização dessa modalidade, especialmente nas instituições públicas federais que ofertam cursos a distância em nível médio, constitui ainda um desafio, em face da inexistência de regulamentos ou instruções formais para efetivá-la. O presente artigo emerge de pesquisa empírica e teve por objetivo investigar o processo de institucionalização da modalidade a distância no Instituto Federal do Piauí – IFPI, verificando a visão, as ações e as estratégias implementadas pelos gestores para a efetivação desse processo. Para realização do estudo adotou-se a abordagem qualitativa utilizando o estudo de caso como estratégia e entrevistas como instrumento para coleta dos dados. Foram entrevistados o reitor do IFPI, a coordenação geral e adjunta do programa E-Tec, a diretora de Gestão de Pessoas e os pró-reitores de ensino, pesquisa e extensão. No total, 12 sujeitos participaram do estudo. Após as análises das respostas, constatou-se que a institucionalização é entendida pelos gestores como uma oferta regular, financiada com recursos humanos, financeiros e tecnológicos da própria instituição. A oferta na instituição pesquisada ocorre ainda por meio de programas de governo em que o quadro de pessoal é formado cem por cento por bolsistas do referido programa. Por fim, os resultados evidenciaram que as discussões acerca do processo para institucionalização dessa modalidade ainda são incipientes e ela depende de políticas públicas, fomentadas em primeira instância pelo Ministério da Educação para posterior implementação pela instituição.

Palavras-chave: Educação a distância. Expansão. Institucionalização.

Abstract:

It is unquestionable the expansion of Distance Education - EAD - in Brazil in the last decade. However, the institutionalization of this type of education, especially in federal public institutions that offer distance learning courses in middle level, is still a challenge, given the lack of regulations or formal instructions to effect it. This article emerges from an





empirical research and aimed to investigate the process of institutionalization of distance education at the Federal Institute of Piauí - IFPI, checking the views, actions and strategies implemented by the managers for the realization of this process. For the study we adopted a qualitative approach using case study as strategy and interviews as a tool for data collection. Was interviewed the rector of IFPI, the general coordination and assistant E- Tec program, the director of Personnel Management and teaching pro-rectors, research and extension. A total of 12 persons participated in the study. After the analysis of the responses, it was found that the institutionalization is seen by managers as a regular offer, funded with human, financial and technological resources of the institution. The offer of EAD in the institutions surveyed still occurs through government programs where one hundred percent of the staff is constituted by fellows of the program. Finally, the results showed that the discussions about the process of institutionalization of this type of education are still incipient and that they depend on public policies, promoted mainly by the Ministry of Education for further implementation by the institution.

Keywords: Distance Education. Expansion. Institutionalization.

1. Educação a Distância no Brasil: expansão x institucionalização

Como porta para acesso e democratização do conhecimento, apoiada atualmente pelas Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, a EaD (Educação a distância) constitui uma modalidade de ensino relevante e vem se expandindo consideravelmente.

No contexto de expansão, o arcabouço jurídico que alicerça a EaD no país, consolidou-se com a promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, que constitui marco regulatório dessa modalidade de ensino, contribuindo com o desenvolvimento de ações no campo do ensino a distância (BRASIL, 1996).

Posterior à promulgação da LDB, vários foram os instrumentos legais e documentos norteadores editados, dentre os quais e em vigência, podemos destacar: o Decreto 5.622/2005 que regulamenta o artigo 80 da LDB; o Decreto 5.800/2006 que dispõe sobre a Universidade Aberta (UAB) (BRASIL, 2006); o Decreto nº 7.589/2011 que institui a Rede E-Tec (BRASIL, 2011a); a Lei nº 12.513/2011 que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (BRASIL, 2011b); os referenciais de qualidade para educação superior a distância. Merece destaque ainda o recente debate acerca das novas Diretrizes para EaD no Ensino Superior que versam a respeito da institucionalização da EaD, seus limites e potencialidades no que tange à efetiva expansão da educação superior no país, no decênio 2014-2024.

Muito embora as normatizações legais façam maior referência à educação superior, a educação profissional de nível médio a distância vem ganhando significativo espaço, por meio dos programas governamentais de fomento à oferta de cursos técnicos face à demanda de qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Coadunada ao disposto na Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), a qual prevê dentre as metas e estratégias: “fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade” (BRASIL, 2014), a





educação a distância de nível médio vem se expandindo significativamente em instituições da rede federal, especialmente nos Institutos Federais.

Nesse contexto, a implementação da EaD vem ocorrendo por meio dos programas governamentais existentes, como a Universidade Aberta do Brasil, a Rede E-Tec e o PRONATEC, que, reconhecidamente, vem contribuindo para expansão da modalidade. Porém, no processo de institucionalização, é imprescindível a organização de uma política pública nacional de EaD que garanta às instituições “subsídios financeiros para a formação de recursos humanos, desenvolvimento de material pedagógico e aquisição de equipamentos, a fim de dar suporte à construção de projetos pedagógicos consistentes e fortes” (LOBO, 2013, p. 08).

A institucionalização daEaD, vai além da simples difusão de programas governamentais, tratar-se de “uma política de governo, e que lhe asseguraria permanência legal, expansão e desenvolvimento como proposta pedagógica formal de ensino-aprendizagem nas universidades e institutos federais” (LOBO, 2013, p. 1).

Nessa perspectiva, a institucionalização da modalidade a distância apresenta várias vantagens, como a liberação de recursos orçamentários para a instituição, favorecendo autonomia no gerenciamento, dentre outros aspectos positivos, como a assistência estudantil aos alunos, definição de um quadro de pessoal que considere as especificidades da modalidade, bem como a articulação entre o ensino presencial e a distância.

1.1 O uso da Gestão do Conhecimento para o processo de institucionalização da EAD

Segundo Pérez-Montoro Gutiérrez (2008, p.63-4 apud Valentim (2010, p.37): “a gestão do conhecimento pode ser entendida como a disciplina que se encarrega de estudar o projeto e a implementação de sistemas”. Nonaka e Takeuchi (2008) entendem como “a capacidade da empresa de criar, organizar, disseminar e gerenciar os conhecimentos, bem como inseri-los em seus produtos e serviços”. Assim, a gestão do conhecimento busca organizar as informações que estão disponíveis em uma empresa e usá-las a seu favor, auxiliando também na implantação de novos sistemas ou processos.

Entretanto, unir todas essas informações para a construção do conhecimento não é tarefa fácil. O desafio reside em ter controle sobre uma quantidade imensa de informações que surtem todo momento, através dos vários meios de comunicação e também diretamente com as pessoas, sendo elas funcionários ou não. Segundo Choo (2006, p. 28), “a construção e a utilização do conhecimento é um desafio para as empresas. Conhecimentos e experiências se encontram dispersos pela organização e se concentram em geral em determinados indivíduos ou unidades de trabalho”.

Nessa perspectiva, no processo de institucionalização, a gestão do conhecimento é fundamental, de modo a subsidiar a instituição na tomada de decisão acerca do melhor modelo a ser adotado. Dessa forma, gerenciar o conhecimento é imprescindível tanto para o planejamento, quanto para a execução, controle e acompanhamento da implantação.

Uma etapa importante é a preparação das pessoas para adaptação às mudanças que virão. Naturalmente, no início haverá resistência quanto às mudanças. É fundamental que todos entendam o que acontecerá e o porquê destas modificações na forma de trabalhar. Quando a equipe estiver consciente dos ganhos e benefícios que virão com o processo e a melhoria tanto na execução das atividades, quanto nos resultados, será mais fácil conseguir





o apoio de todos no gerenciamento dos trabalhos fazendo com que a institucionalização seja percebida de maneira positiva, podendo até mesmo ser defendida por alguns.

Além de facilitar a organização e o repasse das informações, a Gestão do Conhecimento também incentiva a padronização na execução das atividades. Longo et al.(2014) afirmam que as mudanças na empresa devem ser alinhadas à sua estratégia, ou seja, a organização precisa saber inicialmente o que ela realmente deseja com o processo para que todas as ações sejam no sentido de atingir o objetivo.

Nessa perspectiva, a gestão do conhecimento no âmbito da EaD, de acordo com o entendimento de Vieira (2013) implica o alinhamento das estratégias organizacionais ao modelo de ensino-aprendizagem em que o diálogo e envolvimento de todos os participantes são imprescindíveis para o processo de institucionalização.

1.2 Gerenciamento de egressos para o processo de institucionalização da EAD

A importância do acompanhamento do egresso vem ganhando cada vez mais espaço, visto que constitui importante indicador nas avaliações institucionais. Nesse contexto, a avaliação institucional, seja interna ou externa, produz “mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 195).

Dentre as dimensões avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), está explícita a preocupação com uma política de atendimento e acompanhamento dos egressos como importante aspecto na avaliação da qualidade do ensino promovido pela instituição.

Lousada e Martins (2005) destacam que o acompanhamento de egressos é uma rica fonte de informação que subsidia a tomada de decisões sobre a oferta dos cursos e redimensionamento do currículo.

O acompanhamento dos egressos, na visão de Silva (2012), contribui para a análise sobre a educação, em especial sobre a formação oportunizada pela escola, permitindo conhecer questões relevantes, como as mudanças do mundo do trabalho, a continuidade na formação e o desenvolvimento profissional do egresso. Tais indicadores permitem à instituição formadora adaptar os currículos e oferecer cursos adequados às necessidades da sociedade.

O gerenciamento de egressos reveste-se de suma importância por oferecer informações que permitem a avaliação dos processos educativos, a adequação dos cursos e seus respectivos currículos para a realidade da região, favorecendo o planejamento e a tomada de decisões dos gestores. Assim, partindo do pressuposto de que a institucionalização da modalidade a distância compreende uma oferta regular de cursos no âmbito da instituição, o acompanhamento dos egressos pode contribuir com a implementação das políticas adequadas, respeitando o que é relevante na avaliação institucional, seja como forma de subsidiar o planejamento dos cursos a serem ofertados, seja na adequação de metodologias e estruturação curricular.





2. Metodologia

O estudo emerge de pesquisa empírica com abordagem qualitativa pautada nas vivências, na competência técnica e no conhecimento tácito e explícito dos sujeitos contemplados na pesquisa em relação à temática. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.32), “a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”, em que tais relações são influenciadas pelo contexto e experiências dos sujeitos partícipes do processo.

Adotou-se o estudo de caso como estratégia de trabalho por melhor coadunar-se com os objetivos da pesquisa, visto que busca averiguar, “em profundidade, um fenômeno contemporâneo em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2015, p. 17)

O estudo foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, cuja escolha, somadas às experiências profissionais das pesquisadoras, se deu pela realidade peculiar da instituição em que a EaD é ofertada por meio do programa Rede E-Tec Brasil.

Para realização do levantamento de dados, utilizou-se, como técnicas, a análise documental e a entrevista semiestruturada, realizada com servidores que ocupam ou ocuparam cargos/funções de gestão ligados à EaD. A entrevista mostrou ser o instrumento mais viável por permitir “a coleta de dados importantes que não se encontram em fontes documentais” (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 282).

Tendo a pesquisa como principal foco, na investigação acerca do processo de expansão e institucionalização em nível de gestão estratégica, considerando “não ser possível explorar todos os ângulos do fenômeno” (MARTINS, 2008, p. 11), foram selecionados, como sujeitos: o reitor, que é o dirigente máximo do IFPI, a coordenação geral e adjunta do programa E-Tec (tanto a gestão atual quanto a gestão anterior), a diretora de Gestão de Pessoas e os pró-reitores de ensino, pesquisa e extensão. No total, foram 12 sujeitos que assinaram o termo de aceitação em participar do estudo.

A análise e a interpretação dos dados consideraram a triangulação, que “consiste em confrontar a informação obtida por uma fonte com outras” (GIL, 2010, p. 124), formada entre as respostas dos participantes, as informações resultantes de pesquisa documental e estudos já realizados acerca da temática nos aportes teóricos que fundamentaram o estudo.

3. Resultados

Após as entrevistas com os 12 sujeitos, tabularam-se os dados e fizeram-se as análises das respostas coletadas.

Quando questionados acerca do impacto da expansão da EaD na instituição, 75% afirmaram que o crescimento do programa foi significativo para a estruturação da modalidade no âmbito institucional, 8,33% não o consideraram importante e outros 16,67% não souberam ou não quiseram responder à questão.

Corroborando com uma das metas do Plano Nacional de Educação que sugere “fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio” (BRASIL, 2014), um dos sujeitos destacou, ainda, que a expressiva expansão da modalidade no IFPI





serviu para difundir a EaD no estado e torná-la mais conhecida entre a comunidade, reduzindo, conseqüentemente, o preconceito que a maioria da população possui acerca do ensino a distância.

Aproximando-se da ideia de Lobo (2013) de que a proposta da institucionalização é ter recursos financeiros e humanos próprios e não permanecer como um programa de governo, os entrevistados comentaram sobre a compreensão que têm sobre institucionalização. Todos foram unânimes em considerar que este processo consiste em uma oferta regular de cursos por meio de uma estrutura própria, ou seja, de quadro efetivo de profissionais para atuar na modalidade, com recursos financeiros descentralizados para a própria instituição e não mais por meio do sistema de bolsas, a exemplo dos benefícios pagos atualmente pelo FNDE.

Os entrevistados foram questionados quanto às ações pela gestão na perspectiva de institucionalizar a EaD na instituição. Do total de entrevistados, 33,33% responderam que não, 25% não souberam responder e 33,33% disseram que sim, que algumas ações já foram iniciadas. Na visão de alguns sujeitos, a criação de um Centro de Referência e Formação em EaD, a oferta de 26 vagas de pós-graduação em nível de mestrado em EaD para formar profissionais da instituição para atuar na área, a expansão da quantidade e diversidade de cursos ofertados, bem como o número de polos de apoio presencial nos quais estes cursos funcionam foram estratégias adotadas em busca da consolidação de uma oferta regular da EaD no IFPI.

Assim, entende-se que, embora haja, na visão de alguns sujeitos, ações que contribuam para o processo de institucionalização, ficou evidenciado que as discussões a respeito do tema ainda são incipientes e não existe uma clara sistematização na esfera federal acerca da estruturação e padronização da EaD no âmbito dos Institutos Federais.

Numa perspectiva de institucionalização da modalidade na instituição, no tocante à estruturação do quadro de profissionais que compõem a equipe, foram colhidas distintas respostas, que levam a compreender que a criação do quadro dependerá do modelo a ser adotado.

No modelo atual, maior parte da equipe é selecionada via edital, elaborado pelo próprio IFPI, mas todos atuam como bolsistas, sem vínculo empregatício. Caso se efetive o processo de institucionalização, inquiriu-se aos entrevistados sobre a forma como a equipe de EaD seria selecionada. Do total de respostas, 83,33% disseram que deveria ser selecionada via concurso público e 16,67% não souberam responder.

Atualmente, o IFPI oferta cursos em 69 municípios do Piauí. Na maioria deles, acontece uma parceria celebrada com as prefeituras e com o estado, utilizando-se suas estruturas físicas para os polos de apoio presencial, além dos cursos ofertados dentro dos próprios *campi* da instituição. A respeito do gerenciamento das ofertas de cursos nesses polos, foi questionado se essas parcerias deveriam continuar ou se os polos se restringiriam apenas aos 17 *campi* hoje em funcionamento. As respostas foram, em sua maioria, favoráveis à permanência das parcerias, com 55% dos respondentes, enquanto que 36% opinaram que as ofertas deveriam ocorrer apenas nos *campi* e 9% não souberam responder.

É importante destacar a visão positiva de grande parte dos entrevistados em relação às parcerias com outras esferas. Por outro lado, foi revelada a existência de muitos problemas advindos das dificuldades quanto à estrutura física e tecnológica nesses polos, o que dificulta, em algumas situações, a operacionalização das ações pretendidas. Porém,





considerando seu papel social de interiorizar a oportunidade de educação de qualidade para a parcela mais marginalizada da população, as parcerias permitiram ao IFPI democratizar o ensino profissionalizante.

No tocante ao fomento de políticas para institucionalização da EaD, os entrevistados se mostraram divididos quanto à instância administrativa que é responsável pelo desenvolvimento de ações com essa finalidade. Porém o entendimento de um envolvimento entre todas as pró-reitorias na estruturação desse processo resume, implicitamente, a compreensão de grande parte dos sujeitos que também vincularam a definição dessas atribuições à estrutura organizacional a ser definida pela instituição.

Considerando a normativa legal que assevera que, “respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o plano de curso técnico de nível médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso” (BRASIL, 2012a), quando indagados sobre a viabilidade de inserção da EaD no ensino presencial, em vista de constituir uma unidade entre essas modalidades, 92% dos entrevistados consideram possível tal inserção, e apenas 8% não acreditam que isso seja viável, em face da carência de suporte tecnológico, de docentes e tutores para a efetivação dessa inserção.

Muitos têm sido os debates em campo teórico acerca da necessária institucionalização da EaD. Nesse contexto, indagou-se aos entrevistados acerca de prazo ou previsão para efetivação desse processo, no âmbito da instituição. Mais da metade dos respondentes (66,67%) afirmou não existir nenhuma previsão para a efetiva implantação do processo e 33,33% não souberam responder.

As dúvidas evidenciadas nas respostas quanto ao prazo para a efetivação do processo, a priori, podem ser explicadas pela dependência de uma política a ser definida pelo Ministério da Educação.

É sabido que, para o processo de institucionalização ser implantado com eficiência, vários obstáculos deverão ser superados. A respeito disso, 50% dos respondentes afirmaram que as dificuldades com os aspectos financeiros e humanos são os principais obstáculos. Além destes, 25% das pessoas responderam que o aspecto cultural também poderia prejudicar o processo, visto que, a partir da institucionalização, os professores deveriam inserir em sua carga horária as atividades da EaD e não mais receber um pagamento extra (bolsas) para realizá-las. Outras dificuldades, como definir o papel da EaD (8,33%), o desconhecimento da população sobre EaD (8,33%) e a falta de estrutura (8,33%) também foram citadas.

Analisando as respostas a esse questionamento, percebe-se que os principais obstáculos, na visão dos entrevistados, seriam a inexistência de código de vagas para contratação de servidores efetivos (e não mais em sistema de bolsa como ocorre atualmente), bem como recursos financeiros vinculados ao orçamento próprio da instituição. No que se refere a código de vagas, é importante comentar que para contratação de pessoal efetivo no âmbito da esfera pública federal, se faz necessária a liberação de códigos de vagas pelo Ministério de Planejamento e Orçamento, os quais devem ser preenchidos por meio de concurso público para ocupação de cargos/funções. Dessa forma a nomeação de servidores para estruturação de um quadro próprio que possa atuar na EAD, depende da aprovação e liberação de tais códigos/vagas. Nessa perspectiva, dentre os aspectos que envolvem o processo de institucionalização da modalidade, a formação de





quadro de pessoal perpassa por uma política maior fomentada pelo Governo Federal por meio do Ministério da Educação.

Quando foram questionados a respeito de como seria a assistência estudantil e a iniciação científica em caso de institucionalização, 58,33% dos entrevistados responderam que deveria ser executada da mesma forma que ocorre hoje com os alunos do ensino presencial, 25% das pessoas não souberam responder e 16,67% acreditam que isso depende da verba que será destinada para a instituição a partir da quantidade de alunos matriculados.

Pelos resultados deste quesito, fica evidenciado que não há um entendimento claro por parte dos entrevistados quanto a uma previsão legal acerca de custeios de assistência estudantil e iniciação científica para os alunos de educação a distância especialmente por se tratar de cursos de nível médio. Cabe, no entanto salientar que, no tocante à seleção dos alunos para iniciação à pesquisa, dois dos entrevistados afirmaram que é possível a inserção dos alunos da EaD nos editais internos, tendo em vista que os critérios são definidos pela própria instituição.

Considerando a relevância do gerenciamento dos egressos como fonte de indicadores que permite à instituição conhecer questões relevantes para tomada de decisões, foram direcionadas aos entrevistados questionamentos a respeito da existência de políticas de acompanhamento dos egressos. Os que acreditam que não é feito nenhum acompanhamento representam 66,67% do total. Já 25% não souberam responder e 8,33% afirmaram que o acompanhamento é feito pela plataforma SAAS, que é o Sistema de Acompanhamento e Avaliações de Cursos gerenciado pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), onde vários itens dos cursos são avaliados, entre eles, o gerenciamento de egressos. Esse sistema de acompanhamento citado por um dos sujeitos entrevistados não é uma política interna no âmbito da instituição pesquisada, mas todos os sujeitos consideraram que seria de grande valia se o IFPI criasse uma ferramenta para acompanhar seus egressos, visto que, conforme Lousada e Martins (2005) o gerenciamento é imprescindível para subsidiar o planejamento dos cursos face ao atendimento dos perfis profissionais exigidos pelo mercado de trabalho.

Quando questionados acerca da relevância e da contribuição desse acompanhamento para o processo de institucionalização no IFPI, todos os respondentes afirmaram que é uma ação que traz informações importantes a respeito da instituição e que muito pode contribuir com o processo de institucionalização, corroborando, assim, o entendimento de Silva (2012) que considera que os indicadores levantados junto aos egressos são relevantes para as adaptações curriculares pela instituição formadora, bem como a adequação das ofertas de cursos que atendam às demandas da sociedade.

Nonaka e Takeuchi (2008), afirmam que a Gestão do Conhecimento trata do gerenciamento das informações para utilização na tomada de decisão. Dessa forma, seria possível organizar as informações coletadas no processo de acompanhamento dos egressos, de modo a subsidiar os gestores no planejamento da oferta dos cursos, com base na demanda de mercado, e adequações necessárias dos currículos.





4. Considerações Finais

A Educação a Distância no Brasil expandiu-se vertiginosamente nas primeiras décadas do século XXI, nesse contexto, as regulamentações legais vêm contribuindo para organização e incentivo da oferta da modalidade nas diferentes esferas administrativas e na iniciativa privada, especialmente depois de promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que constitui o principal marco regulatório da EaD no país.

É oportuno, porém, destacar que a oferta, especialmente em nível médio, ainda é realizada, em grande parte das instituições públicas, por meio de programas governamentais o que vem suscitando amplo debate quanto à necessária institucionalização da modalidade. Nessa perspectiva, a pesquisa objetivou, por meio de estudo de caso, investigar o processo de institucionalização da EaD no Instituto Federal do Piauí (IFPI) a partir da visão, das ações e/ou estratégias fomentadas pela instituição em vista da efetividade de uma oferta regular da modalidade.

A análise dos dados coletados evidenciou a complexidade e a inter-relação de diversos fatores que influenciam o processo de institucionalização, desde uma política nacional em nível de Ministério da Educação que subsidie a implementação desse processo a uma definição clara em nível interno pelas instituições públicas ofertantes.

Percebeu-se que a estrutura organizacional da EaD na instituição, muito embora esteja pautada nas funções/atribuições previstas na normatização legal do FNDE, responsável pela concessão das bolsas para o quadro de pessoal que compõe o programa, leva em conta também as particularidades da instituição. Nesse aspecto, cabe enfatizar que o IFPI trata-se de uma instituição pública federal com autonomia didático-pedagógica e estrutura *multicampique* oferta cursos de ensino básico, técnico, tecnológico em nível de graduação e pós-graduação.

A oferta da EaD na instituição é realizada por meio do Programa Rede E-Tec Brasil em cursos técnicos subsequentes de nível médio, não havendo ainda oferta de cursos em nível de graduação a distância, denotando uma maior complexidade na estruturação institucional da modalidade, em face da dependência de uma política de governo que venha a assegurar uma efetiva institucionalização.

Os resultados demonstraram um entendimento uniforme, por parte dos entrevistados, quanto à institucionalização, compreendida como uma oferta regular em que o financiamento dos recursos humanos e financeiros deve ser custeado pela instituição e com quadro de pessoal e uma proposta pedagógica própria, indo ao encontro do conceito dos autores que fundamentaram esse estudo.

Na perspectiva de uma oferta regular e institucionalizada, em conformidade com os dados coletados, pode-se afirmar que a instituição vem desenvolvendo algumas ações que visam fortalecer e contribuir com a institucionalização da EaD em seus quadros de oferta de cursos. Isso pode acontecer por meio da criação de um Centro de Referência em EaD, da qualificação profissional em nível de mestrado para servidores e da criação de núcleo de estudos para a implantação de um Laboratório de Objetos de Aprendizagem que venha a contribuir com o processo de ensino-aprendizagem a distância ou em colaboração ao ensino presencial.

Por fim, a análise dos dados evidencia que as discussões acerca da institucionalização, muito embora intencionada pela gestão da instituição, ainda são





incipientes, sem uma definição clara de como e quando ocorrerá a efetividade desse processo.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004.../2005/Decreto/D5622>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm> Acesso 11 jul. 2015

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011**. Dispõe sobre a Rede e-Tec. Brasília 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília, 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm> Acesso em: 13 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012**. Define diretrizes curriculares nacionais para educação profissional técnica de nível médio. Brasília, 2012a. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 13 de out. 2015.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância - 2012**. Brasília, 2012b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf> Acesso em: 11 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância – 2015**. Disponível em:





<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_avaliacao_cursos_graduacao_presencial_distancia.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2015.

CHOO, ChunWei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES**. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, v.15, n.1, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria ; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LOBO, Édila Marta Miranda. Um caminho para institucionalização da educação a distância. **ESUD 2013** – X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância Belém/PA, 11 – 13 de junho de 2013 – UNIREDE. Disponível em :<www.aedi.ufpa.br/esud/trabalhos/oral/AT5/113881.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015

LONGO, Rose Mary Juliano et al. **Gestão do conhecimento: a Mudança de Paradigmas Empresariais no Século XXI**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2014.

LOUSADA, Ana Cristina Zenha; MARTINS, Gilberto de Andrade. Egressos como fonte de Informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, n. 37, p. 73 – 84, Jan./Abr. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2015.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2 ed. 2. reimpr. São Paulo: Astral, 2008.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

SILVA, Ricardo da. **Inserção e trajetória profissional de egressos do curso de graduação em enfermagem Alayde /CESMAC, no município de Palmeiras dos Índios/AL**. 120 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em:<http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2013/alayde_ricardo.pdf> Acesso em: 29 out. 2015.





VALENTIM, Marta Ligia Pomim. **Gestão, mediação e uso da informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VIEIRA, Eleonora Milano Falcão. Institucionalização da EaD nas Universidades Públicas: unicidade e gestão. **Revista científica da ABED.** Volume 11/2012. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2012/artigo_05_v112012.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015

VIEIRA, Vanessa Souto. Desafios e dificuldades da gestão em educação a distância. **Revista Multitexto**, 2013, v. 2, n. 01. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

